

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA SETORIAL DE
SANEANTES DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

1 Aos 15 dias do mês de agosto de dois mil e sete, os membros da Câmara Setorial de
2 Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estiveram reunidos para
3 participarem da 2ª Reunião Ordinária da Câmara, ocorridos no Carlton Hotel – Salão
4 Classic, SHS Quadra 05, Bloco G, em Brasília-DF. Iniciou-se a reunião, o Diretor
5 Cláudio Maierovith P. Henriques agradecendo a presença de todos e falando das
6 dificuldades de efetivação da 1ª reunião, por ocasião dos problemas aéreos que o país
7 vem enfrentando; registrou grande pesar pela ausência da técnica da Associação
8 Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM, Sra. Mirtes Suda, vítima do acidente que
9 envolveu a aeronave da companhia aérea TAM, a qual era membro de outras Câmaras
10 Setoriais; enfatizou a natureza das Câmaras Setoriais sobre as discussões de temas
11 específicos para a construção dos conceitos, a partir da oportunidade de posições dos
12 diferentes pontos de vista técnicos para a base de decisão cotidiana. Em seguida, a
13 Gerente Geral de Saneantes - GGSAN, Tania Pich, também, agradeceu a presença de
14 todos; apresentou sua equipe de trabalho presente; sugeriu a formação de grupos de
15 trabalhos e a realização de reuniões extraordinárias para o desenvolvimento das
16 atividades; destacou os cuidados com o regulamento e a qualidade dos produtos
17 saneantes para a saúde pública; apresentou os pontos da pauta. Tania Pich afirmou que
18 desde 2003 trabalhos voltados contra os produtos clandestinos são realizados entre a
19 Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Vigilâncias Sanitárias Estaduais e
20 demais segmentos e solicitou idéias e sugestões que possam diminuir esse problema de
21 saúde pública. Relativamente aos itens da pauta, foi discutido o que segue: Item 1 –
22 Medidas de Controle de Produtos Clandestinos – O técnico da Gerência Geral de
23 Saneantes, Andersem Morais (GGSAN) apresentou o conceito dos saneantes
24 clandestinos e os fatores que contribuem para a fabricação desses produtos: o
25 desemprego, o desconhecimento da regularização pelas autoridades sanitárias – não
26 importando a classe social, e o incentivo de órgãos e entidades que “ensinam” como
27 fazê-los sem o alerta necessário quanto aos riscos à saúde. Apresentou as estatísticas
28 que, de acordo com o Centro de Controle de Intoxicações – CCI, da Secretaria Municipal
29 de Saúde de São Paulo, o maior número de casos de intoxicação por produtos
30 clandestinos foi com a água sanitária, atualmente representando 55% dos casos.
31 Destacou a experiência da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária juntamente
32 com a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco no combate a pirataria de
33 produtos saneantes, obtendo resultados significativos no tocante à regularização de
34 empresas fabricantes, antes operando na clandestinidade, bem como na adoção de
35 medidas de apreensão dos clandestinos e aplicação de autos de infrações nos
36 supermercados. Informou sobre a realização do próximo encontro no interior do Estado,
37 na cidade de Caruaru/PE, com o tema: “Pernambuco com qualidade. Diga não à

38 clandestinidade”. Em seguida, Tania Pich (GGSAN) abriu espaço para os demais
39 participantes. Raquel Bracci (Associação das Empresas Nacionais de Defensivos
40 Agrícolas - AENDA) afirmou que a Associação vai trabalhar na obtenção de dados
41 estatísticos no que se refere aos desinfestantes clandestinos, considerando que
42 atualmente não existe qualquer informação a respeito. Maria Eugênia (Associação
43 Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins - ABIPLA) esclareceu que
44 recentemente participou do Fórum Nacional de Combate à Pirataria, lançado pela
45 Frente Parlamentar de combate à clandestinidade, coordenada pelo Deputado Arnaldo
46 Jardim. Zich Moysés Junior (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
47 Exterior - MDIC), lamenta e manifesta suas condolências pela perda da profissional da
48 ABIQUIM e solicita contato e presenças futuras daquela Associação e da Associação
49 Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados - ABICLOR nas próximas reuniões
50 desta Câmara Setorial. Adelice Fátima de Moraes (Associação Brasileira de Aerossóis e
51 Saneantes Domissanitários - ABAS) indaga sobre a aquisição do Hipoclorito de Sódio
52 por parte dos clandestinos e afirma a necessidade de uma legislação para o controle da
53 venda desse produto. Ricardo Luis Nunes (Associação das Empresas Controladoras de
54 Pragas do Estado de São Paulo - ADESP) informou que a lista telefônica de São
55 Paulo/SP possuía 40 páginas de anúncios de empresas ilegais e que a Associação entrou
56 com 60 ações contra essas empresas, sob pena da multa no valor de R\$ 80 mil reais, com
57 isso, conseguiram diminuir, a partir da questão logística, esse número de fabricantes,
58 ratificando a existência de uma legislação para o controle da venda de produtos/matéria
59 prima (hipoclorito, desinfestantes) e fiscalização dos revendedores – trabalhar na cadeia
60 do processo. Zich Moysés Junior (MDIC) reafirmou a necessidade do trabalho conjunto
61 ABIQUIM/ABICLOR. Maria Eugênia (ABIPLA) sugeriu que o setor regulado,
62 juntamente com os demais segmentos competentes, a elaboração de uma proposta para o
63 controle da matéria prima e posterior apresentação a ANVISA. Falou sobre o
64 desconhecimento dos varejistas sobre a normalidade e legalidade da comercialização dos
65 produtos saneantes clandestinos. Renata Hilstt (Associação Brasileira do Mercado
66 Institucional de Limpeza - ABRALIMP) ratifica que não adianta trabalhar só um lado, a
67 informação deve ser para todos. Raquel Bracci (AENDA) relata sobre a migração de
68 produtos da agricultura para a saúde e acontecendo o inverso: a migração de produtos
69 agrícolas para as áreas urbanas; sobre as dificuldades de legalização encontradas pelas
70 empresas fabricantes e distribuidores de produtos saneantes em São Paulo/SP e sobre a
71 propaganda para combate à clandestinidade, devendo contar como programa da
72 ANVISA. Dr. Cláudio Maierovitch e Dra. Tania Pich foram categóricos em afirmar que
73 a ANVISA não tem verba orçamentária para campanhas publicitárias. Tania Pich
74 relembra que, intuito nesse sentido, foi realizado com o Álcool Gel junto ao Ministério
75 da Saúde, porém, sem aprovação. Zich Moysés Junior (MDIC) fala da importância da
76 parceria e o interesse do setor privado quanto a veiculação da informação dos produtos
77 mais importantes (critério risco). Suely Esashika (Ministério da Saúde - MS) esclarece
78 que o Núcleo de Comunicação/MS pode ser contatado para tratar sobre a propaganda e
79 demais campanhas informativa/educativa; relata a importância da prevenção, pois o
80 tratamento de intoxicados também onera o Sistema Único de Saúde/SUS. Maria Eugênia
81 (ABIPLA) informa que a partir do dia 27/08/07 a Rede Globo, por seis meses, fará
82 propaganda sobre o combate à clandestinidade e indaga sobre a tentativa, junto a
83 Assessoria de Comunicação - ASCOM/ANVISA, de sensibilizar esses meios de

84 comunicação nos serviços de utilidade pública. Tania Pich aproveita o momento e relata
85 sobre o convite que a Presidente da Comunidade da Rocinha/RJ fez para divulgar a
86 cartilha sobre saneantes clandestinos na TV Comunidade e revela que é interessante
87 aproveitar os momentos e as oportunidades. Maria Eugênia (ABIPLA) pediu que no
88 Fórum Nacional de Combate à Pirataria, a ANVISA dê maior enfoque aos saneantes.
89 Bento Lacerda (Ouvidoria/ANVISA) convida a todos para visitar a página da ANVISA
90 para a obtenção de informações sobre as ações de vigilância sanitária e informa que a
91 mesma tem sido um mecanismo de articulação com os usuários das diversas denúncias
92 de produtos em geral e ainda revela que todos poderão acessar para cadastramento e
93 recebimento de boletins informativos de produtos suspensos pela ANVISA, e ainda
94 destaca: a importância do olhar atento para a entrada de produtos clandestinos. Ricardo
95 Nunes (ADESP) ratifica a necessidade de regular propaganda de saneantes na ANVISA.
96 Fernando Violante (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade
97 Industrial - INMETRO) comunica que esse órgão se encontra aberto para apoiar a
98 propaganda contra os clandestinos, porquanto possui espaço na Rede Globo de
99 Televisão. Solange Abreu (Confederação Nacional das Donas de Casa - CNDC) sugere:
100 a fiscalização e pesquisa nos supermercados; a publicação na revista da AMES
101 (Associação de Supermercados de Minas Gerais) sobre os saneantes. Tania Pich revela
102 que fará contato com o Dr. Jaime Brito de Azevedo (Agência Pernambucana de
103 Vigilância Sanitária - APEVISA) para estender o convite aos membros desta Câmara
104 Setorial no evento em Caruaru/PE. Raquel Bracci (AENDA) destacou a importância do
105 trabalho da CNCD e a necessidade de se fazer identificar o produto clandestino e de se
106 encontrar medidas que não encareçam o produto final para que não incentive a
107 clandestinidade. Item 2 – Monitoramento de produtos saneantes - O Especialista em
108 Regulação e Vigilância Sanitária, Paulo Roberto Rangearo Peres (GGSAN) dando
109 continuidade às atividades, exibiu slides, apresentando a missão da ANVISA; a Portaria
110 81/2006 que cria a Câmara Setorial; dos órgãos envolvidos no Sistema Nacional de
111 Vigilância Sanitária; da implantação do NOTIVISA (considerando-a como mais uma
112 porta de entrada para esclarecimentos junto à população); do Anvis@tende; do correio
113 eletrônico de saneantes; do levantamento de dados através de estudos epidemiológicos;
114 da interface com a Gerência Geral de Cosméticos (a troca de experiências); da Consulta
115 Pública 57/2005 que propõe atualizar petição de produtos de baixo risco e prestou
116 esclarecimentos sobre a lógica atual de petição de notificação de produtos de risco 1. Na
117 oportunidade, identificou os produtos risco 1 e 2. Após a apresentação, o Especialista
118 abriu espaço para os esclarecimentos e demais pronunciamentos. Zich Junior (MDIC)
119 solicitou o envio dos slides para todos os participantes da reunião. Tania Pich (GGSAN)
120 fala da diversidade das categorias de produtos saneantes e da desburocratização da
121 notificação dos produtos de risco 1 e informa que a GGCOS foi a primeira Gerência a
122 iniciar a notificação de produtos on-line. Andersem Moraes (GGSAN) revela que até
123 julho/1999 todos os produtos eram registrados e acredita que a notificação on-line irá
124 aproximar as empresas clandestinas. Adelize Moraes (ABAS) fala da expectativa da
125 notificação on-line e indaga sobre a previsão de início. Paulo Peres (GGSAN) revela que
126 houve um avanço significativo e que a primeira fase está pronta para homologação, mas
127 aponta o trabalho terceirizado da informática; informou que as notificações on-line terão
128 a vigência de cinco anos. Tania Pich levou a uma reflexão indagando sobre o que a
129 Câmara Setorial poderia fazer para melhorar o monitoramento dos produtos saneantes.

130 Eugênia (ABIPLA) declara acontecer muita fiscalização nas empresas legais e interroga
131 sobre as ações nas clandestinas. Ricardo Nunes (ADESP) ratifica que as fiscalizações
132 acontecem apenas nos legalizados e reclama dos procedimentos por parte da Vigilância
133 Sanitária no que se refere aos cumprimentos dos prazos nas inspeções sanitárias (em São
134 Paulo – 120 dias; no Rio de Janeiro – 98 dias), para a renovação de alvará sanitário onde
135 a Vigilância Sanitária - VISA sempre alega ser a clandestinidade um problema de
136 polícia. Zich Junior (MDIC) fala sobre as estatísticas nas áreas sanitárias e revela que o
137 nível de informação é mínimo. Tania Pich (GGSAN) informou que a demanda de erros
138 se davam na rotulagem dos produtos (80% das exigências) e que foram realizados
139 treinamentos com algumas Vigilâncias, sendo o projeto piloto com a VISA/DF.
140 Andersem Moraes (GGSAN) enumera a falta de funcionários e as questões políticas
141 (estrutura da carreira para inspetores e a rotatividades) como sendo algumas dificuldades
142 encontradas pelas VISA's Estaduais nas execuções das fiscalizações sanitárias,
143 sugerindo a atuação do Ministério Público, CONASS e Gestores de Saúde para a
144 priorização das atividades de vigilância sanitária; revela que a Vigilância Sanitária atua
145 nos clandestinos, mas, às vezes, o trabalho é de investigação. Tania Pich (GGSAN)
146 complementou dizendo que a ANVISA não tem poder de fiscalização, mas de
147 normatização; esclareceu que as atividades mudam de Estado para Estado e que a regra
148 geral é a Vigilância Sanitária Estadual inspecionar a indústria e a Municipal os
149 estabelecimentos comerciais; e informou sobre a segunda edição da cartilha contra os
150 clandestinos. Renata Hilstt (ABRALIMP) aprova a Cartilha e defende que a informação
151 deve estar disponível a todos, bem como o aumento no número de fiscais nas ruas
152 (atividade de ponta). Leane Freitas (Ministério da Justiça - MJ) solicitou o envio da
153 pauta com antecedência e aponta parcerias com órgãos públicos (PROCON'S,
154 Delegacias de Defesas do Consumidor, Ministério Público, IDEC) para a
155 conscientização, prevenção e fiscalização dos produtos saneantes clandestinos. Tania
156 Pich (GGSAN) revela que o trabalho da Gerência Geral de Saneantes é incansável no
157 combate aos produtos clandestinos. Weber Santana (GGSAN) ratificou as palavras da
158 Gerente Geral de Saneantes informando sobre os dois projetos: Casa Protegida
159 (divulgado em escolas, associações e feiras) e a realização de Palestras sobre o tema, em
160 diversos locais. Andersem Moraes (GGSAN) complementou e informou que realização
161 do projeto Casa Protegida, realizado pela FIOCRUZ, com alunos de 1º grau, foi um
162 sucesso. Tania Pich (GGSAN) solicitou catalogar as ações: 1) Programa de Fiscalização
163 dos pontos de venda de produtos clandestinos e da prestação de serviços: agropecuárias,
164 floriculturas, casas de construção, pet shops, farmácias/drogarias; Conselho Nacional de
165 Combate à Pirataria do Ministério da Justiça (poder de fiscalização do PROCON, IDEC,
166 Polícia Federal, Sistema Nacional de Defesa do Consumidor); Conscientização do
167 consumidor; atualizar na prevenção/educação; Sistematização da informação; Preparar
168 convite para o evento em Pernambuco; Preparar minuta do programa; Firmar contato
169 com a ABRAS e apresentou tentativa de pauta para a próxima reunião: - Apresentação
170 das propostas discutidas na última reunião; - Apresentação de propostas para o Programa
171 de Combate aos produtos saneantes clandestinos. Finalizando, Tania Pich (GGSAN)
172 encerrou o evento deixando a seguinte reflexão: Produtos Saneantes – responsabilidade e
173 impactos na Saúde. Participaram da reunião: Cláudio Maierovitch P. Henriques (Diretor
174 ANVISA); Tania Costa Pich (GGSAN/ANVISA); Andersem Santos de Moraes
175 (GGSAN/ANVISA); Paulo Roberto Rangearo Peres (GGSAN/ANVISA); Bento

176 Aureliano Lacerda (Ouvidoria/ANVISA); Suely Esashika (Ministério da Saúde); Adelice
177 Fátima de Moraes (ABAS); Maria Eugênia P. Saldanha (ABIPLA); Renata Caravaggi
178 Hilstt (ABRALIMP); Ricardo Luis Reis Nunes (ADESP); Raquel Bracci (AENDA);
179 Solange Medeiros de Abreu (FNCDC); Fernando Violante (INMETRO); Zich Moysés
180 Júnior (MDIC), Leanne Freitas (Ministério da Justiça). Convidados: Webert Gonçalves
181 de Santana (GGSAN/ANVISA); Verônica M. Horner Hoe (ABIPLA). Ao final, eu,
182 Maria das Graças M. Lucena, lavrei a seguinte Ata, que será apreciada na próxima
183 reunião, e, após aprovada, seguirá para assinatura pelos membros da Câmara.